



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7º Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

1 Ao quinto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, realizou-se o primeiro dia da 7º  
2 reunião ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, no  
3 endereço: Quadra 9 lote C Edifício Parque Cidade Corporate Torre A, 10º andar - Bairro Asa  
4 Sul, Brasília/DF – Sala de Reuniões Plenárias. **Presença dos conselheiros e conselheiras**  
5 **da sociedade civil:** Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos  
6 Povos tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros, Conselheiro Titular Extrativistas  
7 costeiros e marinhos *Carlos Alberto Pinto dos Santos*; Articulação Estadual das  
8 Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, Conselheiro Titular Comunidades de  
9 fundos e fechados de pasto *Carlos Eduardo Cardoso de Lima*; Associação Pomeranos de  
10 Pancas - APOP, Conselheiro Titular Povo Pomerano *Helmar Spamer*; Rede de Comunidades  
11 Tradicionais Pantaneiras, Conselheira Titular Pantaneiros *Cláudia Regina Sala de Pinho*;  
12 Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, Conselheiro 2º Suplente  
13 Extrativistas *Dione do Nascimento Torquato*; Departamento de Povos e Comunidades  
14 Tradicionais - Instituto Ecovida, Conselheira Titular Andirobeiros *Edna Maria da Costa e*  
15 *Silva*; Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco, Conselheira Titular  
16 Caatingueiros *Eva Francisca de Jesus Santana*; Associação dos Pequenos Produtores Rurais  
17 e Agricultores Familiares de Rio Pardo Capoeirão e Adjacências, Conselheiro Titular  
18 Veredeiros *Jaime Alves dos Santos*; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades  
19 Negras Rurais - CONAQ, Conselheiro Titular Comunidades Quilombolas *Jhonny Martins*  
20 *de Jesus*; Articulação Puxirão, Conselheiro 1º Suplente Faxinalenses *João Araujo dos*  
21 *Santos*; Grupo de Trabalho Amazônico, Conselheiro 1º Suplente Ribeirinhos *João Bosco*  
22 *Campos dos Santos*; Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselheiro Titular  
23 Pescadores Artesanais *José Alberto de Lima Ribeiro*; Associação Centro de Estudos e  
24 Discussão Romani - Associação CEDRO, Conselheira Titular Povos Ciganos *Maura Ney*  
25 *Piemonte*; Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu - ACBANTU,  
26 Conselheiro Titular Povos e Comunidades de terreiro *Raimundo Nonato Pereira da Silva /*  
27 *Taata Lubitu*; Associação dos Retireiros do Araguaia - ARA, Conselheiro Titular Retireiros  
28 do Araguaia *Rubem Taverny Sales*; Movimento das Catadoras de Mangaba – MCM,  
29 Conselheira Titular – Catadores de Mangaba *Alícia Santana Salvador Moraes*; Coordenação  
30 Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras, Conselheiro 1º Suplente Caiçaras *Jorge*  
31 *Inocêncio Alves Júnior*; Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas,  
32 Conselheira Titular - Apanhadores de Flores Sempre Vivas *Maria de Fátima Alves*  
33 **Ausência justificada:** Nenhuma até o momento.

34 **Presença dos conselheiros e conselheiras governamentais:** Casa Civil da Presidência da  
35 República, *Daniella Conceição Mattos de Araújo*; Ministério da Cidadania, *Marcela Rolim*  
36 *Siqueira*; Ministério da Educação, *Fernanda Teixeira Frade Almeida*; Ministério da  
37 Economia, *Antônio Paulo Barêa Coutinho*; Ministério da Agricultura, Pecuária e  
38 Abastecimento, *Ianelli Sobral Loureiro*; Representantes do Ministério da Mulher, da



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

39 Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), *Davi Lima Valente Calazans, Isabel Cecília*  
40 *Mendes Paredes e Leonardo Passinato e Silva*; Secretaria de Governo da Presidência da  
41 República, *José Luís Paro Filho*; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, *José*  
42 *Henrique Sampaio Pereira*; Ministério da Justiça e Segurança Pública, *Gustavo de Souza*  
43 *Rocha*; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, *Bruna de Vita Silva*  
44 *Santos e Mara Carvalho Nottingham*; Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo,  
45 *André Luiz de Oliveira Araújo*, Fundação Cultural Palmares, *Edi Freitas de Paulo*;  
46 **Ausências:** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério da  
47 Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria Nacional de Proteção Global . **Presença**  
48 **dos convidados:** Defensoria Pública da União, *Ed Willian Fuloni Carvalho*; 6ª Câmara de  
49 Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, *Edmundo Antônio Dias Neto Júnior*  
50 *e Wilson Rocha Fernandes Assis*; Conselho Nacional de Direitos Humanos, *Paulo Maldos*;  
51 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, *Luiza Martins Fernandes*. **Ausências**  
52 **dos convidados permanentes:** Não houve.

53 **Item I** – Abertura com agradecimento ao café da manhã realizado pela Coordenadora Geral  
54 de Conselhos (CGCON), *Mariléia de Paula*. Em seguida, a Mística de abertura realizada  
55 pelo *Raimundo Nonato Konmannjy* da Associação Nacional Cultural de Preservação do  
56 Patrimônio Bantu – ACBANTU (Conselheiro Titular Povos de Terreiro) com cânticos e  
57 rezas de sua etnia. Leitura e aprovação da Ata da VI Reunião Ordinária do CNPCT, com  
58 ressalva.

59 **Item II** - Leitura e aprovação da ordem do dia. Aprovada.

60 **Item III** - Informes: *Rodrigo Faria e Thiago Cesário* servidores do Ministério da Mulher,  
61 da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) explanaram as alterações que a Secretaria  
62 realizou buscando aprimorar e inovar para trazer mais resultados efetivos e visibilidade. A  
63 Secretaria passa a ter agora duas secretarias que não iram modificar o foco e o trabalho, as  
64 pautas continuaram existindo, só que em um único departamento trabalhando em conjunto.

65 **Item IV** - Apresentação de *Luiza Fernandes* do Ministério da Agricultura, Pecuária e  
66 Abastecimento (MAPA), relatou que a DAP foi o documento criado para que o agricultor  
67 familiar tivesse acesso ao crédito, primeiro era papel e depois se tornou online. Hoje, a DAP  
68 também é a identificação do agricultor familiar. É preciso que haja o entendimento que, com  
69 o tempo, a DAP se tornou um arranjo para que todos coubessem ali dentro. Hoje tem a DAP  
70 A, B e V. A identificação dentro da DAP deveria vir antes. Deveria haver um pedido de  
71 alteração na Lei ou no Decreto. Estão estruturando o cadastro de agricultura familiar e a  
72 DAP será exclusivamente para acesso ao crédito. *Konmannjy* – Representante do segmento  
73 Povos de Terreiro, alega desrespeito em sua identidade, pois para terem DAP estão tendo  
74 que dizer que são quilombolas, extrativistas ou pescadores, mas são povos de terreiro. *Luiza*



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

75 *Fernandes* do MAPA, diz ter ciência que, depois das migrações de ministério para secretaria  
76 especial, manifesta que quanto a migração de DAP para o CAF, estão planejando ser bem  
77 lentos. O ministério ainda está em desenvolvimento do CAF. Afirma que esse é o momento  
78 de fazer considerações colocando inicialmente as mesmas categorias que há na DAP.  
79 Reforça que sejam feitos os pedidos agora para incluir mais grupos. *Alicia*, do segmento  
80 Catadoras de mangaba, fez essa provocação, para que fosse debatida essa questão da DAP  
81 ter em várias identidades, e não exclusiva. Enquanto mulheres extrativistas que também são  
82 marisqueiras e pescadoras, vivem nessa área costeira marinha e considera muito difícil fazer  
83 a emissão dessas DAPs, por terem que escolher somente uma atividade tendo assim,  
84 dificuldades de trabalharem com mais de um produto e a exigência da metragem do espaço  
85 que se extrai a mangaba, pois catam em terreno nativo e não tem conhecimento de quem são  
86 os proprietários. Assim questiona como farão para se inserir nesse documento. *Luiza*  
87 *Fernandes* do MAPA explanou a defasagem de um normativo e a necessidade de um mais  
88 rico. Recomenda que, nos casos de dúvida entre em contato para que eles possam tentar  
89 resolver. Alega que desconhece a impossibilidade de não poder escolher, mais de uma  
90 atividade e informa que a DAP é um documento de crédito. Por isso a exigência de  
91 documentos da terra. *Rubem*, representante dos Retireiros do Araguaia, questionou como se  
92 encaixaria os posseiros que brigam há 100 anos pelo território. *Luiza Fernandes* do Mapa  
93 pede que não desistam, pois estão lutando para que saia o cadastro, justamente para melhorar  
94 os erros da DAP. *Wilson* do Ministério Público Federal propõe que a plenária aprove e vote  
95 recomendações e os conselheiros dediquem energia a esse tema, enquanto a CAF está sendo  
96 elaborados nos próximos três meses, até a próxima reunião do conselho CNPCT. *Carlos*  
97 *Alberto*, do segmento Extrativista Costeiro e Marinho, afirma que a questão territorial é  
98 fundamental a ser considerada e solicita que seja feita uma recomendação, aqui do conselho,  
99 que a DAP não seja atrelada a território e que seja reconhecido os demais seguimentos de  
100 povos e comunidades tradicionais. Um dos grandes problemas, que se vive, é com as  
101 instituições de crédito. Tem que se considerar a sazonalidade, os ciclos da pesca e o  
102 extrativismo. *Luiza Fernandes*, do Mapa, percebe duas problemáticas relacionadas ao  
103 crédito e a lei que define a agricultura familiar. Os pacotes estão equiparados a agricultura  
104 familiar, tendo que tomar o devido cuidado para que as recomendações não sejam contrárias  
105 a Lei. Sendo interessante ter um normativo que ajude a ter definições e um documento que  
106 identifique todos, para que consigam perante o banco uma forma de barganhar. A parte de  
107 crédito foi separada do MAPA. *Douglas Sampaio*, do PPDDH/MDH, sugere a possibilidade  
108 de o estado entrar com coparticipação na questão da garantia para viabilizar linha de crédito.  
109 *Luiza Fernandes*, do MAPA explica que o cadastro substituirá a DAP. *Edna*, do segmento  
110 andirobeiros, que é do Marajó Instituto Eco Vida, relata fato de uma promotora que entrou  
111 com ação para que não tivesse mais CAR, o que impossibilitaria o direito a adquirir a DAP.  
112 As cooperativas não conseguem tirar a DAP em conjunto, somente individuais dificultando



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

113 suas atividades e como estão em área de proteção ambiental, não possuem título da terra.  
114 *Luiza Fernandes*, do Mapa, afirma que inicialmente no cadastro não precisa de CAR e  
115 quando a portaria for alterada, vai ter todas as informações do que será exigido. *Juninho*  
116 *Caiçara*, do segmento das Comunidades Tradicionais Caiçaras, questiona se o ICMBIO faria  
117 a emissão de DAP, em territórios de unidades de proteção integral, e como tratar a emissão  
118 de DAP, em territórios que não são RESEX ou RDS. Bruna de Vita da ICMBIO, concorda  
119 que tem que haver esse processo de regularização de DAP. Entende que estar em área de  
120 proteção não deveria impedir de ter DAP. Conseguiu aumentar em quase 90% as pessoas e  
121 não tem ideia da quantidade de pessoas que tem DAP dentro das unidades de conservação.  
122 Tem feito esforço de cadastramento. Um gestor, do parque nacional, ainda não pode ser  
123 emissor de DAP. Sugeriu que isso seja colocado na recomendação. Não é o ICMBIO que  
124 impede a emissão de DAP em parque nacional, isso pode ser feito por outras vias.

125 **Item V – Informes gerais –** *Edna*, representante do Segmento Andirobeiros, do Instituto Eco  
126 Vida, recebeu um convite do Conselho Nacional de Assistência Social para representar o  
127 CNPCT na reunião. A política de assistência social tem políticas específicas para povos de  
128 comunidades tradicionais. A reunião ocorrerá no dia 23 de março em Brasília. *Jaime Alves*,  
129 representante dos Veredeiros, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores  
130 Familiares de Rio Pardo Capoeirão e adjacências trouxe um documentário de nove minutos  
131 do II Encontro dos Veredeiros que aconteceu em São Joaquim. *Dione Torquato*,  
132 representante dos Extrativistas, do CNS informou que no dia 10 de março, no auditório Darci  
133 Ribeiro haverá o Seminário Nacional sobre sociobioeconomia nos territórios de uso comum.  
134 Informa também que no dia 11 de abril, no auditório verde do Congresso Nacional, haverá  
135 uma sessão solene em comemoração aos mais de 30 anos da criação da primeira reserva  
136 extrativista do Brasil. Ambos os eventos são abertos. *Konmannjy* da Associação Nacional  
137 Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU, representante dos Povos de  
138 Terreiro, deixou uma carta para ser entregue à Secretaria Especial da Cultura referente ao  
139 Edital de Chamamento e Seleção de Entidades para Implementação do Programa Cultura  
140 Viva no Estado da Bahia, manifestamos, por este intermédio, nossa preocupação diante da  
141 ausência de diálogos a respeito do Convênio nº 427/2007 celebrado entre a SECULT e o  
142 extinto MINC- atual Secretaria Especial da Cultura. O Conselho Tutelar está nos tirando o  
143 direito de identidade. Se junta uma caravana de evangélicos para adentrar no conselho  
144 tutelar, são eleitos conselheiros. Só que eles criam problema com as nossas tradições. A  
145 gente inicia a criança, como a igreja católica também batiza, só que a nossa iniciação é  
146 prolongada. Eles estão questionando a polícia para pegar esse jovem dentro do terreiro e  
147 estão nos colocando em três crimes. Tem muita casa de candomblé que o pai de santo vai  
148 até preso. Uma iniciação nossa, a depender da etnia, dura meses, a criança vai para a escola.  
149 Estão sendo acusados de cárcere privado, tortura e outros crimes. *Cláudia Regina*,  
150 representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, disse que um bom



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

151 encaminhamento seria ter uma conversa com o conselho nacional da criança e também ter  
152 representantes do CNPCT dentro desse conselho. *Alícia*, representante do Segmento  
153 Catadoras de mangaba, informou que nos dias 16, 17 e 18 de abril, iremos realizar o 5º  
154 Encontro Estadual das Catadoras de Mangaba. Deixa registrado o convite à Presidente do  
155 Conselho. *Helmar Spamer*, representante do Povo Pomerano, informou que nos dias, 28 a  
156 30 de maio, 7º Encontro Nacional das Comunidades Pomeranas no estado de Santa Catarina.  
157 *Marcela Rolim*, representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento, como suplente do  
158 CONANDA, foi informada que por esses dias que provavelmente será titular desse conselho.  
159 Levará o relato do conselheiro para ser discutido, sobre as tradições dos povos e  
160 comunidades tradicionais no batismo de criança. Maura, relata que há 20 dias, tomaram  
161 cinco crianças ciganas na comunidade de Mauá. Essas crianças estão no orfanato de Mauá  
162 para adoção com alegação que moravam em habitação insalubre, a barraca é a nossa casa.  
163 Recentemente, em Brasília, na rota do cavalo na cidade de Sobradinho houve o assassinato  
164 de um jovem e outro está ferido pela invasão de uma facção criminosa. Quero saber o que o  
165 Ministério dos Direitos Humanos vai fazer sobre isso. *Mariléia de Paula*, Coordenadora  
166 Geral de Conselhos (CGCON), convida os senhores e senhoras para participar de uma ação  
167 em alusão ao dia 21 de março que é o dia do combate ao racismo. Gostaríamos da  
168 colaboração dos conselheiros para retingirem um texto sobre a importância desse dia aos  
169 povos de comunidades tradicionais e falar sobre outras questões raciais, pois a grande mídia  
170 só fala do povo negro que é uma causa legítima, mais temos outras. *Eva Francisca*,  
171 representante dos catingueiros, informou que nos dias 15,16 e 17 de abril será realizado o  
172 primeiro encontro dos catingueiros. Os convites estão sendo feitos e em breve serão enviados  
173 para vocês. *Isabel Paredes* do MMFDH, informou que o Ministério prestou solidariedade à  
174 comunidade cigana de Sobradinho. Ela e outros servidores do Ministério, estiveram com os  
175 ciganos em todos os momentos, compareceram na delegacia junto com a família e foram ao  
176 hospital. Já marcou uma reunião na SNPIR e informou que estão bem atentos a esse caso e  
177 dando a atenção devida ao senhor *Vanderlei*, *Dayane* e *Higor* dando suporte para que  
178 permaneçam em Sobradinho se assim eles desejarem. Agora temos mais uma coordenadora  
179 na pauta cigana. *Cláudia Regina*, representante da Rede de Comunidades Tradicionais  
180 Pantaneiras, fala sobre uma pauta urgente, a mortandade de peixes em Cáceres. Foram  
181 enviadas, hoje de manhã, fotos por pescadores. Existe um fenômeno natural chamado  
182 dequada que é a fermentação de várias plantas aquáticas, que deixa a água podre é uma das  
183 hipóteses, e a grande quantidade de agrotóxicos que pode ter sido levado pela chuva. Mostra  
184 uma foto de plantação de soja recente, a CEMA que é um órgão estadual, não está  
185 verificando nada. Solicito a esse conselho que faça uma recomendação solicitando estudos  
186 para encontrar a razão de tanta mortandade. Quando acontece adequada, as pessoas já estão  
187 preparadas. Agora, essa situação é inerente adequada que precisa ser averiguada. Na quinta-  
188 feira saiu o resultado da cota zero e aí a gente se depara com esse fenômeno. Os pescadores



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

189 estão com medo de pescar, porque não sabem o que está matando os peixes. Solicita enviar  
190 uma recomendação a Secretária Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso, para que faça  
191 um estudo ou de resposta sobre a mortandade de peixes fora da região da adequada para  
192 saber a razão e providencias sobre esse fenômeno que está ocorrendo na região. Mesmo  
193 estando na parte de informes, temos que deliberar. *Jaime Alves*, representante dos  
194 Veredeiros, apresentou um vídeo sobre o encontro dos veredeiros que mostra que com a  
195 chegada das grandes empresas prejudicou as comunidades, mais só se percebe quando os  
196 rios começam a secar prejudicando a sobrevivência da região que depende da água.

197 **Item VI** – Apresentação dos grupos de trabalhos Abrace o Marajó e derramamento de  
198 petróleo e GT CAR. *Edna*, representante do Segmento Andirobeiros, sobre o GT Abrace o  
199 Marajó estando com o Decreto que cria o programa Abrace o Marajó e foram ao comitê  
200 gestor e dentro do CNPCT já temos o grupo de GT Abrace o Marajó requisitam uma vaga  
201 que seja ocupada pelo CNPCT. *Cláudia Regina*, representante da Rede de Comunidades  
202 Tradicionais Pantaneiras, informa que a secretaria vai fazer os encaminhamentos sobre essa  
203 demanda. O CNPCT vai continuar com o GT e fará um acompanhamento da implementação  
204 desses programas. *Davi Calazans* do MMFDH, houve uma solicitação para a Secretaria  
205 Executiva que as pessoas que fazem parte da coordenação possam amanhã vir ao conselho  
206 em um terminado horário para explicar como está acontecendo o projeto Abrace o Marajó.  
207 Amanhã já teremos informações sobre esse projeto e assim todos compreendem de forma  
208 simultânea de como está sendo organizada as ações. *João Bosco*, representantes dos  
209 Ribeirinhos e do Grupo de Trabalho Amazônico, questiona se não pode haver uma indicação  
210 do representante do CNPCT. *Wilson*, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, tomou  
211 conhecimento no momento da reunião sobre programa. Como membro do Ministério  
212 Público, que acompanha a luta dos povos tradicionais, se preocupa com a composição do  
213 comitê gestor. É uma política pública com impacto direto aos povos de comunidades  
214 tradicionais, parece com boas intenções. Mas o comitê gestor é todo composto pelo poder  
215 público. Pergunta se houve consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais. Pede  
216 reflexão na composição por não haver uma participação mínima dos povos e comunidades  
217 tradicionais, e se incluir um membro do conselho em meio a 15 membros do governo será  
218 suficiente. *Edna*, representante do Segmento Andirobeiros, do Instituto Ecovida, afirma que  
219 o povo marajoara não foi consultado e não entendem sobre o projeto. A criação do grupo de  
220 trabalho foi para tentar entender. Relata sua preocupação de que tipo de indústria irão colocar  
221 no Marajó, pois não se tem mais minérios ou lugar para fazer hidroelétricas. Iram desmatar  
222 para plantar açaí sendo que existe um plano de desenvolvimento sustentável do Marajó desde  
223 1996. *Davi Calazans* do MMFDH, explica que só foi dado o ponto de partida ao projeto que  
224 está sendo construído e será construído com todos. Afirma que a própria Ministra *Damares*  
225 *Alves* que foi ao Marajó três vezes. O governo teve boa intenção. Amanhã a coordenadora  
226 vem para explicar todo o projeto. Vamos levar a solicitação da conselheira para a inclusão



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

227 do CNPCT. *João Bosco*, representantes dos Ribeirinhos, entende que dá tempo de fazer as  
228 correções devidas e sugerir uma recomendação do ministério público. *Edmundo Dias*, do  
229 Ministério Público Federal, indaga que de boas intenções o inferno está cheio e que não basta  
230 consulta informal, a consulta tem que ser previa anterior a edição do decreto, e esse respeito  
231 que precisa ter com todas as obrigações que já foram assumidas pelo Estado brasileiro. Esse  
232 projeto precisa se condicionar ao cumprimento dessas obrigações internacionais antes de se  
233 decidir por sua realização. *Komannanjy*, representante dos povos de terreiros, pede que o  
234 Senhor *Davi Calazans* do MMFDH, retire a palavra tumultuar, pois não foi feliz em sua  
235 colocação aos que buscam seus direitos. *Davi Calazans* do MMFDH, retira a palavra e relata  
236 que a frase “de boa intenção o inferno está cheio” também ofende. Respeitar as diferenças e  
237 caminhar juntos para construir um país melhor. *Paulo Coutinho*, do Ministério da Economia,  
238 explana que é notável e que seria possível fazer uma leitura desse documento de quase uma  
239 criação de um território de fato. Pois, uma intervenção do Governo Federal numa área, com  
240 toda intenção e organização de políticas setoriais mais sem o estado do Para e municípios,  
241 se torna uma criação de Marajó em um estado e isso pode ser contestado em algum momento.  
242 Sugere que, por haver tempo, seja revisto o que está escrito para melhorar a performance e  
243 participação dos três níveis da federação e os povos de comunidades do Marajó. *Dione*,  
244 representante dos Extrativistas, pede a garantia da participação social em todo o processo  
245 que é um direito e um dever do estado, pois as políticas públicas devem ser feitas para nós  
246 por isso a necessidade de que a sociedade civil tenha liberdade de opinar e ter discursões  
247 políticas

248 *Cláudia Regina*, representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras,  
249 encaminhamentos: Indicação do nome de quem vai representar o conselho no programa. Se,  
250 após a apresentação, e sanar todas as dúvidas, se houver necessidade de sair a recomendação,  
251 que saia enquanto CNPCT. *Ed Willian*, da Defensoria Pública da União, sugere que o  
252 conselho seja inserido como entidade com direito a voto. *Carlos Alberto*, do segmento  
253 Extrativista Costeiro e Marinho, explica seu motivo pessoal de comunicação e por isso não  
254 ocorreu a reunião do GT que deveria ser no dia de ontem. Entretanto, gostaria de passar  
255 alguns informes de encaminhamentos. Sobre o petróleo continua chegando no litoral do  
256 Nordeste. Antes do carnaval estava chegando petróleo em algumas áreas na Bahia, Ceara e  
257 Sergipe. O governo baixou uma medida provisória para as famílias atingidas pelo  
258 derramamento de petróleo, mas essa medida abrange somente os pescadores com as carteiras  
259 válidas. O governo não emite mais carteiras há 8 anos. Somente 40% do município serão  
260 atendidos e no universo de pescadores que estão com a carteira válida, 80% ainda não estão  
261 recebendo o auxílio emergencial. Ficou acordado que, até o dia 27 de novembro, seria  
262 publicada uma medida provisória que só foi publicada dia 29 de novembro. A medida  
263 provisória publicada deveria reconhecer quem estava com os RPG cancelados, suspensos ou  
264 somente com os protocolos. Isso não ocorreu gerando grande revolta e abrindo campo para



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

265 advogados oportunistas que prometem ajudar no recebimento desse benefício pedindo 30%  
266 do mesmo aos pescadores. O MAPA só considera as cidades em que o petróleo chegou,  
267 esquecendo as cidades que foram afetadas indiretamente. Estamos propondo um  
268 mapeamento das comunidades pesqueiras. Com reunião marcada no primeiro dia de abril e  
269 na semana terão a segunda audiência pública no dia 10 de março sobre derreamento do  
270 petróleo. Recursos destinados a pesquisa e análises dos níveis de contaminação não têm sido  
271 suficiente mediante a gravidade da situação. *Ed Willian*, da Defensoria Pública da União,  
272 aproveita a oportunidade para informar sobre os serviços gratuitos da defensoria não  
273 havendo necessidade de gastos com advogados. *Edna*, representante do Segmento  
274 Andirobeiros, não tem recomendações tirada do GT abrace o Marajó.

275 **Item VII** – Apresentação do MAPA: *André Araújo*, representante da Secretária de  
276 Agricultura Familiar e Cooperativismo, inicia a apresentação falando sobre o organograma  
277 do MAPA explanando sobre os departamentos e suas atribuições e informa sobre o site do  
278 MAPA, onde tem o nome, o telefone e o e-mail de todos os responsáveis de cada  
279 coordenação e departamento. Em cada estado brasileiro existe uma sede do nosso ministério.  
280 Após fala sobre as ações que o MAPA tem desenvolvido em sistemas agrícolas tradicionais  
281 e sobre a bioeconomia que será um tema do ministério como um todo. Roteiros da  
282 biodiversidade e o desafio na questão dos óleos sendo uma irracionalidade econômica  
283 utilizar os óleos do extrativismo apenas como biocombustível.

284 **Item VIII** - Apresentação do MEC: *Fernanda Frade*, representante do MEC, Apresenta a  
285 missão, visão e valores da secretaria enfatizando a importância de saber que o MEC trabalha  
286 em regime de colaboração com estados e municípios. Educação do campo, educação escolar  
287 indígena e educação escolar quilombola são modalidades de educação definidas pela LDB.  
288 Essas novas pautas políticas para ciganos e para povos e comunidades tradicionais assim  
289 como as relações étnicas raciais, são temáticas que o Ministério vai trabalhar mas, não são  
290 modalidades de educação. Apresenta o organograma do MEC e trouxe dados importantes  
291 sobre várias vertentes sobre educação no campo, indígena e quilombola dentro e fora do  
292 campo. Relata os programas desenvolvidos pelo MEC.

293 Deu – se por encerrado o primeiro dia da sétima reunião ordinária do Conselho Nacional dos  
294 Povos e Comunidades Tradicionais.

295 Retomada dos trabalhos no sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte.

296 **Item IX** – Mística de abertura do dia realizada pelo *Raimundo Nonato Konmannjy* da  
297 Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU Conselheiro Titular  
298 Povos de Terreiro com cânticos e rezas de sua etnia. **Informes gerais** – *Jaime Alves*,  
299 representante dos Veredeiros, informa sobre os pés de buriti e pequi do cerrado que estão  
300 morrendo nas veredas por causa das pragas. Tendo comunidades veredeiras que já não tem



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

301 mais pé de pequi e se preocupa com as crianças que não irão conhecer o fruto. *Konmannjy*  
302 da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU  
303 representante dos Povos de Terreiro relata a espera de uma visita ao Rio de Janeiro, que não  
304 ocorreu por conta das intolerâncias, religiosas cometidas no estado do Rio de Janeiro e na  
305 cidade de Goiânia e em todo território Nacional por irmãos de Cristo do tráfico que estão  
306 fechando terreiros com a bandeira de Jesus Cristo. Pede providencias ao Governo pois a  
307 intolerância anteriormente era verbal e agora está ocorrendo invasões e violência dentro dos  
308 terreiros. *Wilson*, do Ministério público, propõe uma moção de repudio a esses atos que as  
309 comunidades dos terreiros estão sendo vítima e uma moção de pedido de apoio para que  
310 possam exercer livremente suas crenças religiosas. Que a moção de repudio deve ser dirigido  
311 ao Ministério da Justiça, dos Direitos Humanos e a todos os governadores. Informe sobre a  
312 plataforma de territórios tradicionais que está caminhando e aguardam um ajuste  
313 complementar que esta na agência brasileira de cooperação, acordo já havia sido firmado  
314 com a cooperação técnica Alemã, a secretaria de extrativismo que era responsável pelo  
315 acordo foi extinta e dentro desse acordo de cooperação há vários itens já formalmente  
316 pactuados, de apoio ao conselho nacional e de apoio as lideranças que atuam no conselho.  
317 O MP está assumindo mais atribuições em razão da extinção secretária de extrativismo. O  
318 MPF já enviou dois ofícios para que se desse andamento ao ajuste complementar, mais  
319 sentem uma certa morosidade das rotinas normais de um acordo internacional e solicita uma  
320 moção de apoio a conclusão desse acordo entre o Brasil e a Alemanha para agência brasileira  
321 de cooperação para que tudo seja cumprido nesse acordo. *Cláudia Regina*, representante da  
322 Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras pede que redijam o texto base para as  
323 moções que serão deliberadas nos últimos itens da pauta do dia. *Rubem*, representante dos  
324 Retireiros do Araguaia, pede que conste em ata a dificuldade do ressarcimento de passagens  
325 terrestre e o seu constrangimento em fazer a cobrança pensando em até abandonar a  
326 militância. *Davi Calazans* do MMFDH, referindo aos episódios de intolerância, no DF foi  
327 registrado na ouvidoria e a própria secretaria foi montada uma equipe técnica para vistoria,  
328 no local do terreiro atingido, informa que foram tomadas as medidas cabíveis com  
329 investigações para haver punições aos que praticaram o ato. A viagem ao Rio de Janeiro foi  
330 realizada com acompanhamento da coordenadora *Isabel Paredes* do MMFDH, com visitas  
331 e reuniões aos terreiros como também em outros estados em audiência pública sobre  
332 liberdade religiosa. A matéria, liberdade religiosa, está sendo hoje acompanhada na  
333 Secretária Nacional de Proteção Global e comunidades e povos de terreiro estão na SNPIR  
334 com um trabalho em conjunto. Foram realizadas visitas no ao terreiro do Pai Tomé em  
335 Curitiba com a Secretária Nacional *Sandra Terena*, juntamente com um conselheiro da  
336 sociedade civil do CNPIR *Candiero*, ajudando na situação do tombamento desse terreiro que  
337 está auxiliando nesse sentido. A secretaria tem feito algumas fiscalizações. Precisamos ter  
338 ciência desses fatos. Temos a central de direitos humanos, pelo disque 100, esse é o melhor



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

339 canal de contato. *Isabel Paredes*, representante do MMFDH, esteve no Rio de Janeiro várias  
340 vezes e em várias audiências públicas, cuidando desde caso de perto. Estão lançando um  
341 edital 13020 para trabalhar com os povos de terreiro no Rio de Janeiro e um comitê de  
342 liberdade religiosa. *Juninho caiçara*, representante dos caiçaras, fala dos direitos à moradia  
343 e território, sobre a questão da Jureia. O território caiçara é em São Paulo onde teve uma  
344 derrubada de casas no dia 12 de fevereiro desse ano, em ritos muito parecidos a área de  
345 conservação. Houve um forte aparato policial, balas de borracha e tinha crianças no local.  
346 As casas foram ao chão com o apoio da prefeitura municipal. No dia 4 haveria uma nova  
347 derrubada e foi conseguido um prazo de 60 dias. Diante disso, vale salientar que, no estado  
348 de São Paulo, o rito tratado em unidades de conservação e contra comunidades tradicionais.  
349 Isso corre em uma corrente como se só o direito ambiental valesse as considerações  
350 supraleais em que o direito ambiental não pode se valer sobre um direito humano de povos  
351 e comunidades tradicionais, criminalizando pessoas por exercer a sua atividade ancestral.  
352 *Mariléia de Paula*, Coordenadora Geral de Conselhos (CGCON), completa a fala do *Davi* e  
353 da *Isabel* com relação à pauta de intolerância religiosa, tomamos as devidas providencias e  
354 recebemos do conselheiro do CNPIR *Candiero* a denúncia sobre o caso de Curitiba.  
355 Estivemos na Fundação Palmares com o presidente interino na ocasião, Senhor *Sionei*, a  
356 quem foi levado o caso e nós estávamos fazendo todas as ações para levar toda a situação ao  
357 Iphan para que a Casa de Cultura Pai Tomé seja tombada como patrimônio cultural do Brasil.  
358 *Rubem* representante dos Retireiros do Araguaia, agradece a Secretaria do MMFDH, pois no  
359 que dia 27 de dezembro a defensoria pública esteve em sua residência para me ouvi-lo sobre  
360 a denúncia que o prefeito de sua cidade estabeleceu contra ele. *Cláudia Regina*, representante  
361 da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, informa sobre o processo de formação  
362 que nós solicitamos via câmara setorial do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio  
363 Genético e Conhecimento Tradicional Associado). Nós vamos ter um processo de formação  
364 sobre o SisGen (Sistema de Gestão do Patrimônio Genético), mas também sobre a  
365 possibilidade de discutir a repartição de benefícios dos conhecimentos tradicionais  
366 associados ao público prioritário para primeira formação que serão os conselheiros. A  
367 segunda oficina para as metodologias dos encontros acontecerá dia 26 e 27 e depois haverá  
368 reunião do fundo nacional nós dias 28 e 29. O banco escolhido foi o BNDS para gerir o  
369 fundo.

370 **Item X** – Apresentação orçamentária – Foi passado um panorama das alterações  
371 orçamentárias com gráficos e explicações de dados num todo. Demonstrando que a SNPIR  
372 foi a mais prejudicada precisando aprovação das PLs. A verba dos conselhos foi reduzida de  
373 400mil para 377mil sendo os menos prejudicados em relação ao toda SNPIR, realizada por  
374 *Luciano*, da *Coordenação Geral de Orçamento e Sub Secretário Orçamento e*  
375 *Administração interina*.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

376 *Hugo Leonardo, Coordenador Geral de Gestão - Substituto*, detalha a previsão orçamentária  
377 de 377 mil para os conselhos, sugerindo um novo agendamento de reuniões se enquadrando  
378 na nova realidade orçamentária. *Cláudia Regina*, representante da Rede de Comunidades  
379 Tradicionais Pantaneiras, colocou em votação para manter as datas das reuniões. Outra  
380 votação para que voltemos a discutir o planejamento em setembro

381 Foi colocado em votação para manter as datas das reuniões e voltarem a discutir o  
382 planejamento em setembro. Aprovado por unanimidade.

383 **Item XI** - Apresentações diversas – *Jarbas*, servidor do MMFDH, fez um rápido apanhado  
384 do que foi o ano de 2019 com ações concretas para povos e comunidades tradicionais e outras  
385 que estão sendo desenvolvidas para médio e longo prazo. *Davi Calazans*, do MMFDH,  
386 informa que *Ana Reis*, Diretora de Planejamento e Gestão de Estratégica, iria falar sobre o  
387 abraço ao Marajó. Não pode esperar deixou a apresentação para que a presidente do Conselho  
388 repassasse as informações. Apresentação do Sistema das apanhadoras e apanhadores de  
389 flores - sempre-vivas e seu reconhecimento como patrimônio agrícola pela FAO/ONU e trás  
390 um convite para a próxima quarta às 11 horas da manhã, para uma cerimônia importante  
391 relacionada ao tema que se realizara no Auditório Moacir de Moraes realizada por *Marcelo*  
392 *Brodio*, representando a FAO e *Tatinha*, representando Apanhadores de Flores Sempre  
393 Vivas. Fizeram uso da palavra *André Araújo*, representante da Secretária de Agricultura  
394 Familiar e Cooperativismo, *Dione*, representante dos Extrativistas e *Carlos Alberto*,  
395 representante dos Extrativistas Costeiros e Marinheiros.

396 **Item XII** - Votação para criação do GT para redigir a resolução do processo eleitoral. Esse  
397 grupo será composto por três representantes da sociedade civil e dois representantes do  
398 governo e terá um prazo de 30 dias para elaboração da resolução. Após, será criada a  
399 Comissão Eleitoral que terá um prazo de 60 dias para elaboração do Edital. Os representantes  
400 da sociedade civil serão compostos por: *Konmannerjy*, representante do Segmento Povos de  
401 Terreiro; *Rubem Taverny Sales*, representante dos Retireiros do Araguaia e *Alícia Santana*,  
402 representante dos Catadores de Mangaba. Como suplente, *Maura Ney* representante dos  
403 Povos Ciganos. Os representantes do governo serão compostos por MMFDH e outra  
404 indicação que será apresentada até o dia 9 de abril.

405 **Item XIII** - Solicitações de encaminhamentos realizados na VII RO CNPCT: Solicitante:  
406 *Helmar Spamer*, representante ao Segmento Pomeranos, informou que o CNPCT recomenda  
407 às secretarias estaduais de educação que considerem a temática dos Povos e Comunidades  
408 Tradicionais na redação de seus respectivos currículos, para além das modalidades da  
409 educação escolar indígena e quilombola. *Fernanda Teixeira*, do MEC, solicitou que fosse  
410 incluída, na recomendação, que o Ministério da Educação reforce a importância da  
411 elaboração de curriculum estaduais que contemplem as especificidades dos povos e



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

412 comunidades tradicionais existentes em suas áreas de atuação, durante consultoria prestada  
413 aos estados para elaboração de curriculum. Aprovada a recomendação por unanimidade. Em  
414 seguida, foi feita a votação da criação da Câmara Técnica na Área de Educação dos Povos e  
415 Comunidades Tradicionais. A votação foi aprovada, com abstenção do Ministério da Justiça.

416 Solicitante: *Konmannanjy*, representante do Segmento Povos de Terreiro, solicitação de  
417 requerimento para inclusão do CNPCT, como convidada, no Comitê Nacional da Liberdade  
418 de Religiosa ou Crença vinculada a Secretária de Ação Global do MMFDH. Votação  
419 aprovada por unanimidade.

420 Solicitante: *Alícia*, representante do Segmento Catadoras de mangaba, solicitação de  
421 recomendação do CNPCT acerca da expansão da carcinicultura nos estados da Bahia e  
422 Sergipe. A implantação das carciniculturas vem crescendo de forma inexplicável nos estados  
423 de Sergipe e na Bahia. Já vivenciamos longos anos de perda com as mortandades dos peixes,  
424 mariscos, crustáceos, entre outros alimentos das águas, rios, mares e meio ambiente. Esses  
425 impactos envolvem grandes conflitos socioambientais a saber: cercamento dos portos,  
426 devastação da vegetação dos mangues, contaminações das águas, devido ao uso de produtos  
427 químicos no manejo do camarão, ameaças a lideranças, agravos a saúde das mulheres  
428 marisqueiras, extrativistas e pescadores por exercerem suas atividades laboral com seus  
429 corpos imersos nas águas. Diante das preocupações trazidas ao CNPCT por parte da  
430 sociedade civil do Conselho denunciando a instalação de fazendas de carcinicultura, no  
431 estado da Bahia e Sergipe, é a causadora de desses impactos. Assim, o CNPCT recomenda  
432 aos Governos dos Estados da Bahia e Sergipe, por meio de suas Secretarias de Meio  
433 Ambiente e demais instâncias, providências urgentes a fim de garantir a integridade e  
434 proteção dos territórios e mare tório das Comunidades tradicionais afetadas pela  
435 Carcinicultura. Votação aprovada e uma abstenção da Secretária de Governo.

436 Solicitante: *Carlos Alberto*, representante dos Extrativistas Costeiros e Marinhos solicitação  
437 O CNPCT recomenda à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso – SEMA-  
438 MT e ICMBIO – Estação Ecológica Taiamã que faça estudos técnicos ambientais e tome  
439 providências sobre a mortandade de peixes ocorrida na primeira semana do mês de março  
440 de ano de 2020, no Rio Paraguai, Pantanal de Cáceres – MT, informa que afeta diretamente  
441 a vida e a economia dos pescadores e pescadoras artesanais do Pantanal Mato Grossenses,  
442 bem como o equilíbrio ambiental do ecossistema. *Carlo Alberto*, representante dos  
443 Extrativistas Costeiros e Marinhos, registrar que estava na programação nós termos hoje uma  
444 apresentação do ministério da agricultura a respeito dos RGPs. Gostaria de registrar que o  
445 ministério não compareceu. Essa recomendação poderia ser diferente caso eles tivessem  
446 vindo aqui e apresentassem como de fato estão os RGPs. Votação aprovada com três  
447 abstenções, Secretaria de Governo, Ministério da Agricultura e Ministério da Economia. fez



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Ata da 7ª Reunião Ordinária – 05 e 06 de março de 2020

448 o registro de que a gente e *André Araújo*, representante da Secretária de Agricultura Familiar  
449 e Cooperativismo, esperava que a secretaria de pesca estivesse aqui. Comprometo-me a  
450 ajudar para que isso ocorra na próxima reunião. *Mariléia Silva de Paula*, Coordenadora  
451 Geral dos Conselhos (CGCON), esclarece que foram efetuados os contatos e estavam  
452 confirmados, mas, por imprevistos de força maior, não puderam estar presentes.

453 Solicitante: *Cláudia Regina*, representante da Rede de Comunidades Tradicionais  
454 Pantaneira, recomendação do CNPCT a Secretaria de estado do Meio Ambiente do Mato  
455 Grosso e ao ICMBIO, estação ecológica Itiamã que façam estudos técnicos e ambientais,  
456 tomando providências sobre a mortandade de peixes, que ocorreu na primeira semana de  
457 março do ano 2020 e que afeta diretamente na vida e economia dos pescadores artesanais  
458 mato-grossense e no equilíbrio do ecossistema. Votação aprovada com duas abstenções  
459 ICMBIO e Ministério da Agricultura.

460 Solicitante: *Edna*, representante do Segmento Andirobeiros, solicitação de requerimento  
461 para inclusão do CNPCT no Comitê Gestor do Programa Abrace o Marajó. Não votado.

462 **Item XIV** - Moções de repúdio solicitações de apoio realizada na VII RO CNPCT. Moção  
463 de repúdio e solicitação de apoio aos povos de terreiro. O CNPCT manifesta repúdio aos  
464 atos de intolerância religiosa e invasão de territórios de que têm sido vítimas os povos de  
465 terreiro em todo o Brasil. Diante desse quadro preocupante, o CNPCT solicita às forças de  
466 segurança pública que assegurem o livre exercício da liberdade religiosa e que o sistema de  
467 justiça promova as medidas legais para punição e prevenção destas graves violações de  
468 direitos, encaminhar aos Governadores de todos os estados, Prefeitura de Lauro de Freitas  
469 (BA), Judiciário e MMFDH. Votação aprovada.

470 Moção de apoio – Agenda 2030: Contribuição para implementação do princípio “Não deixe  
471 ninguém para trás”. O CNPCT solicita à Agência Brasileira de Cooperação a conclusão do  
472 Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Brasil – Alemanha, relativo ao projeto  
473 denominado Agenda 2030: Contribuição para implementação do princípio “Não deixe  
474 ninguém para trás”. O CNPCT entende que a continuidade dos acordos de cooperação  
475 internacional e do projeto referido é medida importante para a promoção dos direitos dos  
476 Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Votação aprovada.

477 A Presidente e Conselheira Titular Pantaneira, *Cláudia Regina Sala de Pinho* dá por  
478 encerrada a sétima reunião ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades  
479 Tradicionais.